

O capital estrangeiro, com medo de nossas leis

O Brasil enfrenta uma alta taxa de inflação, com repercussão natural nos juros bancários, mas continua sendo um dos países com maiores possibilidades de receber afluxo de capital estrangeiro, pois a atual situação econômica é considerada transitória. Mas há um outro temor por parte dos investidores: o de que a legislação restrinja sua participação e atividade no País.

A informação vem de Oswaldo Ballarin, presidente e membro dos conselhos administrativos de diversas empresas nacionais e de capital estrangeiro. Segundo Ballarin, parece estar havendo um certo conflito nas decisões sobre o capital estrangeiro. Se por um lado o governo comprehende a inexistência de poupança interna em níveis suficientes, por outro, existe uma série de projetos no Legislativo que ataca este mesmo capital. Um desses projetos, por exemplo, é o que propõe que as empresas estatais só adquiram equipamentos pesados da indústria nacional, prejudicando muitas empresas estrangeiras instaladas no País. "Isto não significa que não deva haver um controle sobre o capital estrangeiro. O que não deve ocorrer é a discriminação", diz Ballarin.

No final do ano passado, em uma palestra na Associação Comercial de São Paulo, o empresário propôs sugestões ao estatuto do capital estrangeiro. Depois de esclarecer que os capitais multinacionais dominam apenas 8,3% das 200 maiores empresas do País, não constituindo portanto uma ameaça de controle — ele sugeriu a uniformização das taxas de câmbio utilizadas na conversão de reinvestimentos de lucros e a possibilidade de remessa de parte do excedente das exportações de cada empresa, como incentivo às vendas externas. E também a uniformização

das normas existentes pelas diferentes repartições que controlam os investimentos externos.

A resposta às reivindicações de Ballarin talvez esteja na proposta do Ministério da Indústria e do Comércio, que defende a criação do Instituto do Capital Estrangeiro para coordenar, orientar o supervisionar esses capitais no País. O Instituto trabalharia com informações periódicas compulsórias de todas as empresas sob sua supervisão e centralizaria as decisões hoje diluídas entre diversos órgãos que, naturalmente, estão propensos a interpretações e sistemáticas variáveis sobre as mesmas matérias, dificultando a relação governo/capital estrangeiro.

O Instituto do Capital Estrangeiro estaria sendo útil hoje mesmo, por exemplo, no estudo do deslocamento de grande parte desses investimentos do Centro-Sul do País para o Norte-Nordeste, sobretudo para a área do chamado Projeto Grande Carajás, que se estende por 400 mil quilômetros quadrados entre os Estados do Pará e do Maranhão.

Apesar do recém-empossado secretário-executivo do Conselho Interministerial criado especialmente para coordenar o Programa, Oziel Carneiro, afirmar que o governo pretende dar prioridade ao capital nacional nos projetos a serem desenvolvidos, os estrangeiros já têm uma participação considerável no que foi feito até o momento. Por exemplo: a Companhia Vale do Rio Doce está associada à Nalco japonesa para a produção de 800 mil toneladas anuais de alumina e 320 mil toneladas de alumínio, a partir da bauxita das jazidas da região e a Alcoa (Aluminum Company of America) também está implantando seu projeto para produzir 300 mil toneladas de alumínio com a bauxita de Carajás.